



IDENTIDADES EMARANHADAS, DOCÊNCIAS ESGARÇADAS¹

João Manoel Nascimento dos Santos²

RESUMO

As identidades são espectros que rondam as discussões contemporâneas nas sociedades multirraciais, como o Brasil. Estruturas sociais que articulam de modo diferenciado as identidades, em posições hierárquicas assimétricas nas possibilidades de exercício de poder. São desigualdades que alicerçam injustiças sociais, e nos conduzem a refletir no campo da formação docente a partir de duas perguntas que nos inquietam: como podem sujeitos, sobretudo marginalizados, constituírem uma docência que subverta a cultura de dominação? Isto significa empoderamento? Por este motivo, estabelecemos como objetivo problematizar as relações entre identidade e empoderamento de sujeitos que se tornam professores, a partir da articulação entre feminismo negro e método (auto)biográfico. Empreendemos uma pesquisa bibliográfica com leitura e análise de artigos e livros, concomitantemente articulando feminismo negro e histórias de vida. A discussão se estabelece, portanto, a partir do argumento que identidades são construídas entre individual e social, de modo que avenidas identitárias de gênero, sexualidade, raça e classe estruturam a diversidade de existências em ideologias de dominação. No presente artigo, propomos que feminismo negro e método (auto)biográfico demonstram que, no seio da continuidade de algumas heranças, gestam transformações. E que, sobretudo, a maior/menor consciência da não neutralidade, e reflexões da nossa própria constituição são importantes a todas e todos, ainda mais quando se referem ao sujeito que também é professor. Eis que emergem modos diferenciados de pensamento, consciência e construção de nosso ser pessoal-profissional, e, por conseguinte, de ensinar Geografia.

Palavras-chave: Feminismo negro, Método (auto)biográfico, Narrativas, Formação docente, Empoderamento.

RESUMEN

Las identidades son espectros que permean las discusiones contemporáneas en las sociedades multirraciales, como Brasil. Estructuras sociales que articulan las identidades de forma diferente, en posiciones jerárquicas asimétricas en las posibilidades de ejercicio del poder. Son desigualdades que establecen injusticias sociales, y nos llevan a reflexionar en el campo de la formación docente, a partir de dos preguntas que nos instigan: ¿cómo podemos, especialmente las personas marginadas, establecer una docencia que subvierta la cultura de la dominación? ¿Esto significa empoderamiento? Por lo tanto, proponemos problematizar las relaciones entre identidad y empoderamiento de sujetos que se hacen docentes, a partir de la articulación entre el feminismo negro y el método (auto)biográfico. Realizamos una investigación bibliográfica, leyendo y analizando artículos y libros, articulando simultáneamente el feminismo negro con historias de vida. Por lo tanto, la discusión se basa en el argumento de que las identidades se construyen entre lo individual y lo social, de modo que las identidades de género, sexualidad, raza y clase estructuran la diversidad de existencias bajo ideologías de dominación. En este artículo, proponemos que el feminismo negro y el método (auto)biográfico demuestran que, en lo íntimo

¹ Agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento desta pesquisa através da bolsa de doutorado.

² Doutorando em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, joao_2708@hotmail.com



de continuidade de algumas herencias, se gestan transformaciones. Y que, sobretudo, una mayor o menor conciencia de no neutralidad y reflexiones sobre nuestra propia constitución son importantes para todas y todos, más aún cuando en relación al sujeto docente. Así emergen modos diferenciados de pensamiento, conciencia y construcción de nuestro ser personal-profesional y, en consecuencia, de enseñar la Geografía.

Palabras clave: Feminismo negro, Método (auto)biográfico, Narrativas, Formación docente, Empoderamiento.

INTRODUÇÃO

As identidades são espectros que rondam as discussões contemporâneas nas sociedades multirraciais, como o Brasil. Em grande medida, estas discussões históricas ganham caixa de ressonância com o alcance de pessoas consideradas pertencentes aos grupos marginalizados em espaços de destaque e poder. Minorias – em sentido político –, estes sujeitos/grupos têm em verdade evidenciado que todas e todos somos portadores de identidade. O diferencial decorre somente das posições hierárquicas que estruturaram nossa sociedade a partir da cultura de dominação, distribuindo de modo assimétrico possibilidades de exercício de poder, e silenciando vozes não pertencentes aos grupos hegemônicos.

Prerrogativas que inauguram o presente artigo, menos com interesse em constituir um excerto genérico e impactante ao leitor, e mais de demarcar presença e pesquisa as quais pertencem a este movimento. Eu, os escritos, objetivos e modos de investigar assumimos nossas naturezas profundamente identitárias e implicadas. Com inquietações que decorrem de buscas aprofundadas pela minha própria identidade, que concomitantemente foi/é/está sendo desenhada na luta contra os sistemas que nos oprimem e discriminam. São reflexões que emergem e se materializam na construção teórica-conceitual-metodológica oriundas da tese de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (POSGEA/UFRGS).

Estas indagações, para mais e melhor saber quem se é, são movimentos herdados daquelas que indicaram olhar o passado para seguir em frente. Nesta esteira, Lélia Gonzalez instrumentaliza sua defesa “Por um feminismo afro-latino-americano” (2020) ao relatar seus processos de aprendizagem na busca por identidade. A intelectual afirma que materialidades e subjetividades se articulam, posicionando estruturalmente diferenças biológicas em ideologias de dominação, e o feminismo negro expressa sua importância teórica e prática numa leitura da realidade que considera indissociável o conjunto articulado das opressões. (Gonzalez, 2020).



Ideário que moldando a sociedade, molda a Geografia, a formação de professores das diversas áreas, as ciências da educação e configurações gerais do conceber/fazer científico.

Ainda que teórica, a (ex)posição que realizo no presente trabalho é biográfica, porque todo e qualquer fazer emerge do nosso ser, no cerne das minhas/nossas narrativas. Caminho que o feminismo negro encontra o método (auto)biográfico, com abordagens que mutuamente se potencializam, e compreendem sujeito e contexto sócio-histórico de modo indissociável a partir daquilo que lhes é mais íntimo, a própria vida. Para Marie-Christine Josso em seus “Processos (auto)biográficos do conhecimento da identidade” (2016) somos singular-plural. Mas o pressuposto deste trabalho é que esta relação se estabelece em meio ao diferencial decorrente das hierarquias que estruturaram a sociedade. Inquietações que se encontram organizadas em duas perguntas que nos orientam: como podem sujeitos, sobretudo marginalizados, constituírem uma docência que subverta a cultura de dominação? Isto significa empoderamento?

Para tal, estabelecemos, como objetivo, problematizar as relações entre identidade e empoderamento de sujeitos que se tornam professores, a partir da articulação entre feminismo negro e método (auto)biográfico. Encontro articulatório entre feminismo negro e método (auto)biográfico que constitui um dos pontos de ineditismo do presente trabalho. Nos debruçamos no conjunto articulado, contraditório e indissociável de (i)materialidades que estabelecem o Brasil, e por isto forjam as identidades. Em seu poder de subversão aos sistemas das opressões, com especial destaque naquelas consideradas marginalizadas. Na defesa do exercício de empoderamento em toda e qualquer docência, aqui com especial destaque na Geografia.

De cunho teórico, o artigo apresenta suas potencialidades articulatórias entre feminismo negro e método (auto)biográfico para refutar identidades enquanto dado natural, portadoras de uma essência. Se por um lado a dominação revelada pelas mulheres negras inviabiliza sujeitos marginalizados através dos silenciamentos, por outro, este encontro articulatório valoriza e potencializa nossas narrativas. Decorre numa maior consciência de si e construção de formas outras de sermos professores, esgarçando o modo estabelecido de docência, e, identitariamente, subvertendo a sociedade. Ao contrário de demérito, proponho que a marginalidade é o lugar privilegiado de desmantelamento de padrões finalizados e prescritivos de viver a vida, de fazer ciência, de sermos humanas e humanos.



METODOLOGIA

Se estivéssemos apegadas aos trâmites das formas, poderíamos afirmar que o presente artigo empreende uma pesquisa bibliográfica com leitura e análise de artigos e livros. Como de igual importância acreditamos ser os conteúdos e os sujeitos que os exprimem, sou um homem negro gay, ou melhor, uma bixa preta que lhes escreve, em defesa de um mundo com maior justiça social. A partir da epistemologia feminista negra debatemos construções identitárias em suas possibilidades de empoderamento. À medida que articulamos diferentes espaço-tempos e (re)mobilizamos quem somos, expondo fragilidades e potencialidades, nos ancoramos ao método (auto)biográfico. São movimentos que nos oportunizam refletir a profissão docente e os perfis de professores de Geografia que estamos sendo e queremos ser. Nos humanizamos em exercício, numa profissão que requer, enquanto parte integrante do trabalho, desenvolvimento de humanidade e aprimoramento das nossas não neutralidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Identities that derive: ser fixa ou ser fluida?

Parágrafos acima lhes contei ser eu uma bixa preta. Justamente por ser quem sou, foi possível renegar pretensas neutralidades e ler o mundo a partir de um olhar que continha o germe do feminismo negro. Mundo que ao enxergar com outros olhos, leio, interpreto e me aprofundo em teorias-práticas como aquilo que bell hooks nos ensina em seu livro “Escrever além da raça: teoria e prática” (2022): é necessário expor nomeadamente as múltiplas faces dos sistemas interligados das opressões, pois transformações revolucionárias da realidade existem somente quando nenhuma das faces permanece intacta. Deste modo, minhas leituras teórico-práticas se atualizaram, tornando possível (re)descobrir camadas ainda por explorar das opressões e sua infinitude de articulações, na indissociabilidade das avenidas identitárias que entrelaçam gênero, sexualidade, raça e classe.

Com tempo e dedicação para refletirmos sobre aquilo que constitui cada um de nós enquanto sujeitos, tratamos de um mundo carregado com uma gama de hierarquias, e talvez, compreender-se como sujeito pertencente ao polo desfavorecido de tais processos nos faz perceber/sentir que as heranças socioculturais deixadas são profundamente injustas. Os acessos aos escritos/legados deixados por Lélia Gonzalez (2020) se tornam imprescindíveis aos fundamentos do feminismo negro. Frente às discriminações sofridas, nos posicionamos de modo diferenciado no acesso ao método (auto)biográfico, buscando por modelos alternativos



de identidades e sociedade. Significa dizer que uma identidade é constituída a partir da articulação entre individual e social, mas numa sociedade que determinados sujeitos/grupos são oprimidos e discriminados, evidenciamos ser perceptível que estruturalmente a diversidade de existências é organizada em hierarquias.

No contexto das identidades e da sociedade como conhecemos, ou seja, alicerçadas na dominação, o Patriarcado enquanto “sistema político e social que insiste que os machos são inerentemente dominantes, superiores a tudo e todos que sejam considerados fracos, especialmente mulheres” (hooks, 2022, p. 68), assegurou o domínio masculino. Para Carla Akotirene em “Interseccionalidade” (2021), o sistema em questão pode ser melhor compreendido ao adicionarmos o prefixo “cishetero”, propondo que o domínio nesta estrutura de poder é exercido por um macho específico. Cis porque nascido com sexo masculino e (auto)identificado homem; hétero porque sua disposição para dominar é voltada sobretudo aos mesmos seres humanos por quem sentem desejo e atração, as mulheres. Foram estabelecidas conformidades entre o corpo dito biológico e a subsequente identificação de gênero e sexualidade. Figura ideal que perpetua domínios de corpos, sexualidades e comportamentos.

De modo perspicaz, Judith Butler aprofunda esta discussão em seu livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” (2018), investigando a constituição entrelaçada do sexo, gênero, desejo e prática sexual nos sujeitos a partir de uma problematização feminista. Com questionamentos que confrontam a causalidade entre determinado sexo que se encontra dado (feminino/masculino) e sua relação direta com uma construção cultural de gênero (mulher/homem), porque significa posicionar o sexo num campo neutro e anterior a própria cultura. Construindo o raciocínio da autora em outras palavras, posicionar gênero como construção social resultante do sexo pode escamotear que o próprio sexo é construção social, assegurando sua estabilidade e a estrutura binária dos sexos, de modo que o gênero é seu destino tão fixo, quanto a própria biologia.

Sexo-gênero-desejo-prática sexual é configurado num único encadeamento linear, produzido em continuidade e coerência para qualquer um dos gêneros, numa sequência que determina uma heterossexualidade internamente estável e externamente oposicional, em relação ao outro gênero que se deseja (Butler, 2018). Interpretações a partir da fixidez ou da liberdade de como sexo e gênero atravessam tratamentos analíticos e revelam “as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura” (Butler, 2018, p. 24). Uma contraproposta da idealização coerente e consistente do gênero, pois revela sua produção e manutenção em contextos culturais e históricos concretos atravessados por diversas interseções.



Menos de modo fixo/preestabelecido, e mais de modo fluido, com uma diversidade de gradações humanas que se manifestam em nossas vidas. Compreensão de que estruturas de poder produzem socialmente os sujeitos, renegando existências *a priori*.

Estas realidades se materializam através das diversas maneiras de sermos mulheres e homens, uma delas profundamente teorizada por Lélia Gonzalez (2020) no que se refere às mulheres negras na sociedade brasileira. A pensadora escreve acerca das condições das mulheres e do povo negro em geral, com investigações históricas que refletem em suas vidas atrocidades da dor e humilhação resultantes da escravidão, mas sobretudo o legado deixado por sua resistência. Refuta a ideologia oficial que representa estereótipos de um povo negro acomodado e apassivado, em antagonismo às evidências históricas de resistências capazes de produzir outras narrativas (Gonzalez, 2020). Que, no contexto deste trabalho, compreende produzir um feminismo que reconhece especificidades reivindicatórias de subjugação de mulheres diversas. Existências singulares e discerníveis de cada sujeito, que refutam o corolário de oposição a um patriarcado universal (Butler, 2018). Em verdade, revela que a universalidade é fictícia, de modo que torna impossível falarmos em sujeitos, quaisquer que sejam, antes da história.

Em complementaridade, quando tratamos da discussão identitária realizada no seio do método (auto)biográfico, sobretudo na formação de professores, encontramos também um acumulado nas dimensões teórico-metodológicas que mobilizam diversas inquietações quanto aos modos como cada pessoa constitui sua identidade. Em conformidade ao que nos apresentam as professoras Lourdes Frison e Fabiane Basso em “Construções identitárias reveladas em trabalhos com narrativas (auto)biográficas” (2016), a identidade é incessantemente (re)construída na relação entre sujeito e sociedade, constante ser e vir a ser, em processo “interminável da (auto)construção da (auto)identificação” (p. 365). O sujeito se reconhece naquilo que emerge das relações sociais e, em contrapartida, é reconhecido pelos outros; dois polos que formam a identidade, pressupondo a representação, a criação e o compartilhamento de significados (Frison e Basso, 2016).

Sujeitos no tempo e através do tempo, em suas próprias temporalidades, evidenciam que “tempo, memória, espaço, identidade e representação estão entrelaçados” (Frison e Basso, 2016, p. 366-7). De modo que possibilita a diversos sujeitos, através do feminismo negro, promover reflexões frente ao contexto discriminatório e fomentar alternativas de mudança social (Gonzalez, 2020). Ao passo que os sistemas interligados das opressões e suas ideologias dominantes querem nos convencer da inexistência de alternativas (Gonzalez, 2020), as



narrativas (auto)biográficas viabilizam esta expressão da vida singular e social. Feminismo negro e método (auto)biográfico demonstram que identidades são móveis e se mobilizam no decorrer do espaço-tempo, possibilitando a subversão. Impossível de congelar, pensemos menos em ancoragens fixas e mais em compreensão da fluidez humana e das construções sociais.

Renegar a fluidez é estratégia de poder. As construções de perspectivas e imagens sociais fixas fornecem a substância necessária ao domínio dos corpos, que, para muito além de gênero e sexualidade, se encontram entrelaçadas e intercambiáveis nas construções identitárias de raça e classe. Pioneira em confrontar perspectivas de normalidade e universalidade a partir da cor de pele, Cida Bento em “O pacto da branquitude” (2022) afirma que a identidade branca europeia se formou no bojo da colonização, em contraste sobretudo com os negros africanos. Relação histórica desigual que estruturou no Brasil o modo de acesso às terras e divisão do trabalho, mas também permitiu aos europeus construir significados para si e sobre os outros, num regime que congrega classe e supremacia branca (Bento, 2022). Sistema de crenças impregnadas em quase tudo que se refere a nossa cultura e hábitos cotidianos, de modo que influencia a vida de todas as pessoas (hooks, 2022).

No Brasil, estas hierarquias se manifestam numa estratificação sem segregações explícitas, visto que as hierarquias garantem aos brancos o status de grupo dominante com a ideologia do branqueamento, um mito de superioridade “de que as classificações e valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais” (Gonzalez, 2020, p. 143). Um modelo social que regula e transmite de modo intergeracional processos, ferramentas e valores que alteram pouco ou nada relações hierárquicas de dominação, quais pessoas brancas exercem posições de poder e formam aquilo que chamamos de branquitude (Bento, 2022).

Não verbalizado, o pacto de cumplicidade e autopreservação garante a perpetuação de poder para pessoas brancas ao longo do tempo, sendo também responsável pelos sentimentos de medo e ameaça no contato com pessoas consideradas diferentes (Bento, 2022). No entanto, sua produção é tão bem articulada que mesmo “indivíduos que não ganham ‘privilégios’ sendo fiéis ao pensamento e à ação supremacista branca pactuam com a perpetuação e a manutenção desse sistema” (hooks, 2022, p. 39). Estrutural, a supremacia branca se manifesta com uma imensa variedade de formas-conteúdos, que se referem e englobam toda nossa sociedade. O diferencial pode ser encontrado nas pessoas que possuem senso crítico, na leitura e interpretação que fazem do mundo, capazes de compreender diferentes posicionalidades as quais pessoas/grupos estão socialmente inseridas, e os impactos que tais construções diferenciadas se manifestam nas realidades materiais-objetivas e subjetividades.



Perceber a internalização do conjunto de tecnologias racistas prejudiciais a quem somos poderá ser libertador ao sujeito. Identificando que a democracia racial é um mito, nos é possível ter outras leituras de si e reflexivamente produzir outras narrativas, mas a subversão aos sistemas de opressões se embasa também em dimensões sociais e políticas. Ao sujeito que se percebe e permanece numa perspectiva individualizada, poderá incorrer em tentar equiparar liberdade, emancipação e autonomia aos comportamentos dos grupos dominantes, sobretudo numa dimensão econômica. É o momento em que surgem oportunidades de ascensão financeira no sistema capitalista, e incorremos no risco de sujeitos oprimidos reproduzirem os valores dos sistemas opressores.

Tática –dominadora– que pressupõe os sistemas interligados estarem alocados no campo pessoal ou privado, com foco na economia, ofertando aos marginalizados a busca por status e poder, e profundamente deslocados da discussão social, de cunho público (hooks, 2022). Aos sujeitos pertencentes aos grupos subalternos, assumir valores oriundos dos grupos dominantes poderá lhes conferir uma aparência de aceitação para alcançar mais sucesso na estrutura social existente, mas apenas uma aparência; os danos físicos e mentais desta aceitabilidade são tóxicos, adoecedores (hooks, 2022). Em verdade, o empoderamento constitui uma luta contrária às culturas dominadoras, separáveis apenas no campo didático para que sejam distintamente compreensíveis, mas indissociáveis nos campos da análise e da combatividade no seu desenvolvimento nos domínios subjetivos e materiais.

O fundamenta basilar do presente trabalho é o raciocínio que desbloqueia a concepção fixa de cada uma destas identidades que afirmamos (ou não) pertencer, e concomitantemente alguma outra pessoa nos atribui, ou ainda, atribuímos a outrem. Para descobrirmos a chave das identidades acreditamos ser necessário as compreender contrárias de fixas; fluidas. Ao contrário de dados naturais; construções sociais. Ao contrário de moldes estabelecidos; temporalmente variáveis. Por serem tudo isto, são profundamente narrativas. Situamos a nós mesmas na consciência de sermos sujeitos da própria história, que não equivale em afirmar a inexistência de relação com a coletividade. Mas, tomarmos em mãos o curso de nossas histórias de vida, nos distanciando de posições nas quais as narrativas de outrem nos capturam e direcionam, em prol de sermos narradoras do passado, presente e projetos futuros da própria trajetória.

Investigando em profundidade, conforme os fundamentos do feminismo negro, demonstramos que os campos de gênero, sexualidade, racialidade e o sistema econômico capitalista são indissociáveis. Ao contrário disto, a dominação encobre “as conexões entre estes sistemas, ou então permite que se desafie apenas um aspecto do sistema por vez” (hooks, 2022,



p. 67), em tentativas de manter-se intacta. De estabelecer identidades enquanto verdades fixas, naturalizadas, oriundas de crenças numa essência anterior, um dado natural. À medida que problematizamos estes aspectos a partir do trabalho com histórias de vida, em seu imenso potencial reflexivo, oportunizamos maior consciência quanto a nossa formação. Trabalho que nos orienta de múltiplas maneiras para compreender quem se é, com laços simbólicos e concretos que tomam forma de identidade (Josso, 2016), sem medo de aprofundar, compreender e celebrar toda sua fluidez.

São confabulações subversivas aos sistemas interligados das opressões que retiram de nós as certezas, e por isto, nos deixam à deriva num mar de identidades. Aquebrantam a dimensão linear e compulsória de gênero e sexualidade, expandindo fronteiras possíveis de existências múltiplas e diversas de ser, viver, pensar e agir. Ao passo que fomentam rupturas, explicitando e demarcando estas construções no campo do sistema patriarcal, e suas indissociabilidades, aos sistemas supremacista branco e capitalista. Pois, derivar entre identidades nos retiram de conceber/viver como pressupostos fixos, deslocando sua complexidade constitutiva ao compreender que são construções fluidas, de as enxergarmos como aquilo que de fato são, ficções.

É deste modo que desejamos nos aproximar do que Josso (2016) nos propõe no trabalho com histórias de vida, com sujeitos que narrando tecem reflexões de conscientização e constituição interior. Ao mesmo tempo que dialogamos com Lélia Gonzalez (2020), que nos ensina a possibilidade de falar sobre seu eu, sem permanecer estagnada em si mesma, alimentando a luta contra a inferioridade que atinge o contingente de mulheres ameríndias e amefricanas; e, através destas, nos ensina a luta contra toda e qualquer inferioridade. Perpassa compreender quem somos em nossas relações, e através deste grau crescente de conhecimento e consciência adquirir poder para conseguir subvertê-las. Com mudanças necessárias que estão para além, talvez aquém, do aprofundamento nos sistemas que nos oprimem e discriminam. Feminismo negro e método (auto)biográfico, em suas articulações individual-coletivo e singular-plural, podem conter indícios desta potência das transformações na sociedade, porque em primeira e última instância, significam (trans)formações e empoderamento nos/dos sujeitos.

Matriz de dominação: um entremeio singular-plural

Problematizações de gênero, sexualidade, racialidade e classe não se encontram no campo das coincidências. Categorizar pessoas com base em características físicas somente é possível se existem consequências sociais reais, mesmo que as hierarquias estejam (a)fundadas



em ficções. O desvelamento das construções no campo da ficção irrompe com a fixidez, coerência e unidade necessárias para identidades aos moldes fixamente estabelecidos, emergindo a fluidez humana, que potencializa outras formas de ser e compreender o mundo. As resistências ocorrem no Brasil de hoje, mas os processos discriminatórios foram socialmente construídos; cada sociedade opera dominações de diferentes maneiras. Esta é a matriz de dominação, que para Patrícia Hill Collins em “Por uma política de empoderamento” (2019) constitui a intersecção das opressões em sua origem e desenvolvimento, ao modo como estão organizadas socialmente em diversas realidades locais.

Neste sentido, o feminismo negro se manifesta. A condição desfavorável torna mulheres negras questionadoras insubmissas, capazes de construir análises que revelam diferentes posições sociais, e os respectivos poderes que os sujeitos articulam. Distante das ficções abstratas e despidas da crença universal, conseguem operacionalizar lentes analíticas que enxergam mulheres e homens reais, porque concretos, situados, sujeitos vivos e encarnados. Em sua profundidade investigativa e reflexiva, revelam que identidades são construções sociais, e hierarquias são ficções carregadas de intencionalidades, vislumbrando poder. Poder concentrado nas mãos de alguns e destituído para o exercício de outros. Por isto, inserir o empoderamento no campo da formação de professores é movimento de resgate, especificamente importante aos sujeitos/grupos quais foram e se encontram oprimidos.

Em cada matriz de dominação, o cruzamento das avenidas identitárias de gênero, sexualidade, raça e classe produz sujeitos acidentados pelas hierarquias (Collins, 2019; Akotirene, 2021), outros bem menos, e alguns, talvez, quase nada. São processos que se revelam fluidos a partir dos contatos, contextos, realidades locais, com vivências e experiências; um fluxo de avenidas que o feminismo negro opera de modo interseccional. Contudo, isto não significa competir. Repudiamos hierarquias ou comparativo de opressões, nos recusando ao somatório matemático de identidades, visto que experiências são modeladas na interação das estruturas de modo demarcado, “mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas” (Akotirene, 2021, p. 44). De modo que impactos e consequências das hierarquias ocorrem, mesmo que tais sujeitos/grupos as desconheçam, a estes sejam ininteligíveis, e quando desveladas, não encontre aceitação e concordância quanto aos seus efeitos.

A proposta aqui defendida é que possamos enxergar em cada pessoa a matriz viva da (trans)formação sociocultural. Contrapor perspectivas deterministas afirmando a infinita gama de potencialidades vivas que cada sujeito carrega; pois no seio dos processos de continuidade de algumas heranças, também gestamos transformações (Josso, 2016). De modo que em sua



busca por identidade, cada sujeito supera o sentido da simples reprodução e conformismo, ao destacar “potencialidades da invenção de si, por vezes em rupturas ou em conexão com o contexto sócio-histórico, com as heranças socioculturais do fazer, pensar ressentir, agir, comunicar, etc.” (Josso, 2016, p. 63). Que constitui o movimento de reconhecer no conjunto articulado de estruturas que nos oprimem, a matriz de opressão qual se insere. Em alguns casos, utilizando de um “olhar marginal” como porta de entrada para compreender e refletir quem somos, e ao descobrir com mais profundidade quem se é, tomar posse das chaves de poder para a subversão.

Movimentos que conferem ao feminismo negro a importância de investigar formas particulares às quais as opressões se interseccionam, configurando inserção e decorrência distintas para grupos com lugares sociais diferenciados (Collins, 2019). Movimentos que conferem ao método (auto)biográfico a compreensão de cada identidade numa existencialidade singular-plural, em que nosso corpo enquanto ser de carne desenvolve atenção necessária para sermos conscientes, capazes de percepções de si e articulações indissociáveis ao desenvolvimento de todas as dimensões deste ser (Josso, 2016). Consciência que aprende ao longo da existência, relacionando diversas informações e conhecimento de si enquanto ser de transformação. Capaz de questionar sexo, gênero, desejo, prática sexual, etnicidade, racialidade e o sistema econômico em que estamos em imersão, ao passo que subverte as tentativas de todas estas identidades se dissimularem em dado natural.

Perspectiva que encontra os esforços que Josso (2016) realiza na construção de um raciocínio o qual possamos nos enxergar singular-plural, corroborável com as análises de bell hooks (2022) no que se refere ao entendimento das opressões articuladas na dominação. Entendemos que a matriz de dominação começa em casa, aprendemos com nossas famílias a socialização para aceitar e reproduzir as opressões através de elementos diversos que adentram nossas aprendizagens de maneira velada (hooks, 2022). Pulverizada, assistimos continuamente a matriz e suas reinscrições na grande mídia, a escutamos através de “comentários” e “piadinhas” cotidianas, e a mesma nos reencontra nos aparatos institucionais diversos como escolas e universidades; nossas dificuldades coletivas de identificação confirmam seu poder (hooks, 2022).

Tais aberturas, quando realizadas com sensibilidade, nos tornam capazes de identificar quais sentimentos agradáveis ou desagradáveis a matriz de dominação em nós desperta, e de que maneira queremos ser mulher, homem, cis, trans, hetero, LGBTQIAPN+, negro, branco; capitalistas, jamais. Ser de cognição, ao passo que analisa, compreende e interpreta



reflexivamente as linearidades impostas, para escolher se desafia e confronta seu ser de carne e a consciência que possui de si mesmo. Afetividades da dimensão emocional para perceber quais laços construímos, mantemos ou rompemos nos relacionamentos, (re)descobrimos se nossas relações constituem parcerias genuínas ou reproduzem dominação. Por tudo isto, constituem empoderamentos porque mais conscientes de suas liberdades ou limitações. Ainda mais empoderadas/os ao sermos de imaginação, com sonhos e projetos que reconhecem que “uma das narrativas contra-hegemônicas mais poderosas, que pode levar muitos de nós ao caminho da consciência crítica, é a ideia de democracia” (hooks, 2022, p. 66). Que para além de uma ideia, é uma ação.

Aprofundar a democracia subverte a matriz de dominação a partir do sonho e do projeto de sermos livres. Aqui concebível e materializável na articulação entre feminismo negro e método (auto)biográfico na formação de profissionais da educação. No entanto, é insustentável que sujeitos inoperantes de uma das avenidas identitárias possam tentar exercer poder através de outra(s), de modo que tentativas desesperadas de grupos subalternos fazerem parte dos polos de poder, é qualquer coisa, menos empoderamento. O elemento primeiro desta luta, que é fundamentalmente democrática, é defendido neste trabalho enquanto um processo de caminhar para dentro. Que cada ser, em corpo carnal e consciência, consiga apropriar suas existências no movimento de perceber que somos, todas e todos, sem exceções, um emaranhado de identidades.

Pois é no cruzamento das avenidas identitárias que a matriz de dominação se constitui, e as feministas negras oferecem fundamentos teóricos, articulações metodológicas e operacionalidades práticas, argumentando ser errônea a centralidades de qualquer categoria (Akotirene, 2021). De modo que o pensamento interseccional nos encaminha para reconhecer a “possibilidade de sermos oprimidas e de corroborarmos com as violências” (Akotirene, 2021, p. 45). A subversão requer uma ruptura na qual abrimos mão do pensamento dualista, que divide a sociedade entre culpados e vítimas, à medida que nos encaminha para construirmos uma inteligibilidade mais fluida. Arquitetada em direção ao entendimento da responsabilidade, ainda que relativa, que cada um de nós carrega, sendo “capazes de reivindicar o espaço de nossa atuação individual e coletiva” (hooks, 2022, p. 72).

Eis que encontramos o momento de inserção da proposta central a qual este trabalho objetiva, ao defendermos articulações entre feminismo negro e método (auto)biográfico. Refletir e propor uma formação docente na qual o trabalho biográfico é exercício crescente de construção do sujeito entre individualidade e coletividade. Construções de si que compreendem



a formação em processo, formação que abrange toda uma vida, e maior poderá ser a consciência do nosso ser quando interpretado indissociavelmente da matriz de dominação. Acessarmos a globalidade do ser consigo mesmo, em nosso ambiente, com nossas identidades, que agora reformuladas significam simultaneamente, possibilidades. Ganhos de consciência do nosso grau de reinscrição, coparticipação e/ou subversão, que podem ser traduzidos, mesmo que em níveis variáveis, em empoderamento.

Pontas, fios e tessituras de consciência e subversão

Perceber-se passível destas aberturas é transicionar de conceber/viver em modos fixos para a fluidez que caracteriza nossas existências. Operacionalizamos a matriz de dominação em nossas leituras de mundo, e quando pertencentes aos grupos marginalizados, descobrimos que ao contrário de demérito, é o lugar privilegiado de dismantelamento de padrões finalizados e prescritivos de viver a vida e fazer ciência. O feminismo negro nos agracia com uma primeira contribuição, ao estimular novas interpretações das nossas experiências, sendo útil para compreensão dos moldes das experiências dos demais outros grupos humanos (Collins, 2019). Numa segunda contribuição, perpassam a relação entre conhecimento e empoderamento, evidenciando como a dominação é organizada, que adquirem formas historicamente específicas e influenciam o modo que o ativismo se realiza (Collins, 2019).

Entra em cena o trabalho com Histórias de Vida, que por meio do método (auto)biográfico produz no sujeito reflexões em sua globalidade humana, lhe sendo ofertada a oportunidade de consciência quanto a sua formação (Josso, 2016). Cada um de nós, através deste aprofundamento em nossas narrativas, percebemos o quanto reproduzimos ou subvertemos opressões. Produzirmos mudanças requer falarmos sobre estas subjetividades, (re)formular nossas narrativas. Narrativas que podem ser pontos de inflexão ao tomarmos maior consciência da(s) nossa(s) identidade(s) e diferentes posicionalidades na hierarquia social. E, no entanto, o social não é explicativo de tudo. As potências subversivas estão presentes em nossas singularidades, na capacidade e disposição de brincar, jogar e inverter a dominação. Que nas articulações entre feminismo negro e método (auto)biográfico indicamos uma outra identidade, até o momento não aprofundada, a identidade docente.

Quanto a esta identidade, Maria Moita a investiga em “Percursos de formação e de transformação” (2000). Observemos que, desde o título, a formação está contida na transformação; que é dinâmica, constituinte das identidades de cada pessoa, em interação. Com múltiplas



identidades que se organizam e formam nossa identidade, um emaranhado, que é pessoal e social, e situada também na constituição de uma identidade profissional. Reflete a escolha pela profissão, os saberes científicos e pedagógicos aos quais tivemos acesso, as dimensões éticas que acreditamos e operacionalizamos, no “tempo concreto da formação inicial e pelos diferentes espaços institucionais onde a profissão se desenrola” (Moita, 2000, p. 116).

Configura uma outra narrativa identitária, do ser docente, e revela que:

O processo de construção de uma identidade profissional própria não é estranho à função social da profissão, ao estatuto da profissão e do profissional, à cultura do grupo de pertença profissional e ao contexto sociopolítico em que se desenrola. Mas a minha hipótese geral é que essa identidade vai sendo desenhada não só a partir do enquadramento intraprofissional mas também com o contributo das interações que se vão estabelecendo entre o universo profissional e os outros universos socioculturais (Moita, 2000, p. 116).

O diálogo com Maria Moita (2000) evidencia a trilha argumentativa que temos adentrado quanto a constituição da identidade docente para além do domínio intraprofissional. Eis que função, estatuto e pertença profissional vinculados aos campos social e político são produtos e produtores da interação indissociável da realidade objetiva e das subjetividades que forjam todas as demais identidades pessoais-profissionais no acumulado espaço-temporal. São dinâmicas que gradativamente compreendem um balanço das mudanças sociais e culturais em nossas vidas singulares, concomitantemente indissociável das relações com a evolução dos contextos de vida social e profissional (Josso, 2016), logo, do sujeito-professor. Impossível, portanto, escrevermos sobre a docência negligenciando as demais identidades. Tratarmos de educação sem abordar os diversos grupos quais esta é inacessível ou repressora. Pensar a educação e o ser docente apenas tangenciando a matriz de dominação que constitui os fundamentos da formação do Brasil.

Nas palavras de Antonio Bolívar em “Las historias de vida y construcción de identidades profesionales” (2016), histórias de vida articulam identidades pessoais-profissionais que se constroem como narrativas perante si mesmo e perante os outros. São cenários sucessivos que possibilitam a autodefinição do sujeito a partir de sua reflexão, e constituem sua identidade narrativa (Bolívar, 2016). Pessoal e profissional se retroalimentam, com valores familiares e culturais ativos na vida profissional, assim como a profissão exerce um papel nos outros espaços da vida, em múltiplos aspectos (Moita, 2000). Com tomadas de consciência às quais nossas identidades estejam inevitavelmente compreendidas enquanto invenções de si, respeitando singularidades, sem deixarmos de nos compreendermos em contextos plurais (Josso, 2016).



A partir da nossa consciência atual, construímos uma identidade pessoal-profissional num esforço reflexivo que enlaça diversas experiências heterogêneas conectadas coerentemente naquilo que cada um também é como projeto (Bolívar, 2016). No entanto, pouca ou nenhuma reflexão frente a matriz de dominação pode resultar num modo de viver a vida com realidades estabelecidas. Inexistindo confronto com (in)coerências e sem questionarmos as (des)continuidades, naturalizamos dinâmicas de poder na construção das nossas subjetividades. Com isto, os dados que emergem das histórias de vida transcendem seu cunho pessoal, privado e idiossincrático quando relacionados ao contexto da história social e política que se inscrevem. Reformulamos e refletimos criticamente as condições do tornar-se professor e o ensino que realizamos, aquilo que reproduzimos e aquilo que conscientemente modificamos (Bolívar, 2016). São movimentos de exploração do acontecer de nossas trajetórias que nos fazem perceber que conhecemos nossas vidas melhor que qualquer outra pessoa, e ainda assim a desconhecemos (Bolívar, 2016).

Através destes movimentos, construímos uma identidade profissional ao longo do processo de sentir-se docente, articulando e aglutinando sentidos que emergem no cotidiano do exercício da profissão, sendo as histórias de vida privilegiadas enquanto possibilidade “de investigar a construção narrativa das identidades” (Bolívar, 2016, p. 264, tradução própria). Visto que narramos com a mesma indissociabilidade que a vida nos atravessa, simultaneamente com todos aspectos, dimensões e facetas, e quando os separamos, constituem apenas artificialidades compreensivas que facilitam o fazer científico, jamais confundíveis com a complexidade do viver. Ainda assim, insistimos no fazer científico com intuito de agarrarmos nossas docências pelas pontas, tentando encontrar e compreender quem somos enquanto professores, ao passo que a profissão revela, ao próprio sujeito, ser mais um dos fios identitários que em nós encontra-se emaranhado.

Argumentamos que a metodologia das Histórias de Vida alicerçada no método (auto)biográfico estabelece um modo investigativo com rupturas da formação docente (aqui, em específico de Geografia) que compreende a constituição das nossas identidades pessoal e profissional enquanto esferas separadas. A inflexão é movimento de desnaturalizar construções sociais, porque exigem reflexões capazes de investigar nossas próprias vidas em profundidades que nos são incomuns. Esgarçarmos aquilo que nos é imposto. Quem acreditamos ser, em prol de quem nós e os outros, podemos vir a ser. Explorando o imenso potencial que o ato narrativo possui de aprofundar no caráter político de cada uma das nossas identidades. Seguindo a Pedagogia da autonomia de Paulo Freire, que nos propõe disposição para se assumir, e



reconhecer-se como objeto da própria investigação, da consciência de se perceber com as outras pessoas no mundo, pois “a ‘outredade’ do ‘não eu’, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade do meu eu” (2015, p. 42).

Neste mesmo direcionamento formativo, leio e interpreto Roselane Costella em “O resgate de nós mesmos(as) pelas pontas – pelos fios” (2022), que alerta, ao sujeito professor, o cuidado redobrado da sua maior/menor consciência da não neutralidade que possui, e das reflexões sobre sua própria constituição, que são identitárias, e emergem nos modos diferenciados de pensamento, construção e consciência em sala de aula. Neste sentido, um bom começo para que possamos conduzir as tessituras de nosso corpo estudantil é percebermos começos, meios e pontas em nós mesmos, e aquilo que fizeram conosco (Costella, 2022). Narrar nossas geografias poderá ser formativo quando refletimos abertamente quem somos e aquilo que desejamos, tensionando capacidades presentes e futuras de identitariamente construir docências cada vez mais empoderadas. Acessarmos subjetividades, saberes e poderes que a matriz de dominação tentou socialmente nos forjar, e respostas que nossas singularidades dissuadiram ou aceitaram, reagindo em conformidade ou subversão.

Narrar nossos emaranhados de identidades (e geografias) poderá ser formativo quando refletimos abertamente quem somos e aquilo que desejamos, tensionando capacidades presentes e futuras de identitariamente construir docências cada vez mais esgarçadas. Mesmo que isto signifique, e esperamos que signifique, confrontar em diversas medidas os modelos estabelecidos institucionalmente de docência. Esgarçar a nós mesmas, as verdades que representam ser docente, no presente vivido e em nossas histórias de vida. Pois acreditamos que, através da coragem de encontrar as pontas, seguir os fios, (des)emaranhar nossas identidades, e esgarçar aquilo que acreditarmos ser necessário, construímos empoderamento docente, estudantil, escolar e da própria concepção de docência. Sendo professores que resgatam fios identitários, narramos novas tessituras.

Para direcionarmos as últimas considerações, desejamos afirmar que o feminismo negro articula o empoderamento nestas relações entre subjetividades humanas individuais nos contextos das opressões e a consequente resposta coletiva em forma de ativismo, de modo que juntas exploram as multiplicidades da formação da consciência (Collins, 2019). É desta consciência que o professor se apropria na leitura de si, das outras pessoas e do mundo, que nos torna docentes que operam não somente com aquilo que já existe, mas com a realidade de um mundo possível. Das múltiplas formas que leremos a nós e ao espaço, e dos modos que abordaremos as intencionalidades no ensino para transformar a Geografia (Costella, 2022).



Porque o domínio de si e do entendimento da produção dos (nossos) espaços, tanto em primeira, quanto em última instância, é poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se encontra no somatório de outros trabalhos cujo o emergir identitário apresenta caminhos nos/dos sujeitos, na Geografia, na formação de professores e nas (re)construções do fazer científico. Refletir a formação e as identidades possuem rebatimentos que são poderosos, tanto nas dimensões pessoais, quanto em nossas docências. Ao longo destas páginas, tentamos evidenciar que feminismo negro e método (auto)biográfico nos possibilitam segurar nas pontas de cada uma das identidades, e seguir o caminho constituído por cada um dos seus fios. Movimentos os quais interrompemos um fluxo de apenas aceitarmos a condução, mas de apropriarmos a ato de conduzir, com ganhos de consciência quanto aos níveis de força, tensão, alongamentos e rupturas. São pontas e fios identitários que demonstram serem indissociáveis o pessoal e o profissional, o sujeito e o docente; ora mais lúcida, ora mais confusa, mas sempre com todas as identidades emaranhadas.

Eis que nossa problematização fomenta salas de aula, nas universidades e na educação básica, quais as identidades estarão presentes menos como contingências, e mais enquanto alternativas de experimentações de si e da coletividade. Para isto, o movimento primeiro precisa ser nosso, para então galgar o alcance ao corpo estudantil. Poderíamos imaginar mergulhos, extravasamentos e operacionalizações das identidades em acontecimentos compartilhados que expandam em tamanho e profundidade o ganho de consciência, e de algum modo, ainda que inicial, isto é, empoderamento. Processos que empoderam a constituição do nosso ser sujeito-professor, e, concomitantemente a ciência geográfica (ainda que possamos falar nas outras ciências e demais licenciaturas).

O ponto de partida é nos apropriarmos de nós mesmos enquanto sujeitos, pensarmos nossas relações com os outros, no mundo, descobrindo que permanecer em si é impossibilidade de avançar ao mundo, e posteriormente fazer o retorno em movimentos incessantes de análises; porque quem não desloca de si mesmo, impossibilita o avanço. São movimentos para construir empoderamento docente, estudantil, escolar, e da própria concepção de docência, agora de outros modos, esgarçadas. Com outras formas/conteúdos que emergem apenas quando (re)visitamos nossas histórias de vida, desafiamos aquilo que conhecemos de nós mesmos e compreendemos enquanto verdade.



É no esgarçamento, da docência e de todo o conjunto das pontas e fios identitários que residem em nós, que somos capazes de estabelecer subversões com tomadas de consciência e inflexão da(s) nossa(s) identidade(s) e diferentes posicionalidades na hierarquia social. É a dialética do presente trabalho, no duplo sentido, para dentro e para fora, compreensão e subversão. Compreender quem somos, em nossas identidades, com o empoderamento possuindo como significado o movimento de aprofundar e extravasar, implodir e explodir, de nos tornarmos professoras e professores em constante ser/pensar/viver subversivamente a educação, e a vida. Uma vida, sem hierarquias.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.
- BOLÍVAR, A.. Las historias de vida y construcción de identidades profesionales. In: ABRAHÃO, M. H. M. B.; FRISON, L. M.; BARREIRO, C. B. (Org.). **A nova aventura (auto)biográfica**: Tomo I. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 251-288.
- BENTO, C. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BUTLER, J.. Capítulo 1: Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2018. p. 14-56
- COLLINS, P. H.. Por uma política de empoderamento. In: COLLINS, P. H.. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 433-458.
- COSTELLA, R. Z.. O resgate de nós mesmos(as) pelas pontas - pelos fios. In: COSTELLA, R. Z.; MENEZES, V. S. (Org.). **Retalhos em trama**: entre fios do narrar, docenciar e geografar. Porto Alegre, RS: IGEO/UFRGS, 2022. p. 59-78.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FRISON, L. M. B.; BASSO, F. P.. Construções identitárias reveladas em trabalhos com narrativas (auto)biográficas. In: ABRAHÃO, M. H. M. B.; FRISON, L. M.; BARREIRO, C. B. (Org.). **A nova aventura (auto)biográfica**: Tomo I. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 363-392.
- GONZALEZ, L.. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- hooks, b. **Escrever além da raça**: teoria e prática. São Paulo: Elefante, 2022.
- JOSSO, M. C.. Processo autobiográfico do conhecimento da identidade evolutiva singular-plural e o conhecimento existencial. In: ABRAHÃO, M. H. M. B.; FRISON, L. M.;



ENANPEGE
XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

BARREIRO, C. B. (Org.). **A nova aventura (auto)biográfica**: Tomo I. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 59-90.

MOITA, M. da C. Percursos de formação e de trans-formação. In: NÓVOA, A. **Vidas de professores**. Porto editora, 2000. p. 111-140.